

HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 16 / 12 / 99	
D.O.U. 17 / 12 / 99	Seção 1 P. 17
ATO: P.M. 1765	16/12/99
D.O.U. 17 / 12 / 99	Seção 1 P. 15



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO/MANTENEDORA: FACULDADES INTEGRADAS DE CASSILÂNDIA ASSOCIAÇÃO SUL MATOGROSSENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA		UF: MS
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, BACHARELADO.		
RELATOR(a) CONSELHEIRO(a): JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA		
PROCESSO Nº: 23000.007322/99-16		
PARECER Nº: CES 1.034/99	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 10/11/99

I - RELATÓRIO

A Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, nos termos da Portaria Ministerial nº 755, de 11/05/99, encaminhou à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para sua deliberação, o processo de renovação de reconhecimento do curso de Administração, bacharelado, ministrado pelas Faculdades Integradas de Cassilândia, mantidas pela Associação Sul Matogrossense de Educação e Cultura, na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Trata-se de Instituição que alcançou conceito “E” nos Exames Nacionais de Cursos de 1996, 1997 e 1998, e conceitos CR, CI e CR, em 1997/98, respectivamente, em corpo docente, projeto pedagógico e infra-estrutura, indicadores relacionados com as condições de oferta do curso. Foi, então, designada pela Portaria nº 679, publicada no D.O.U. de 24/05/99, para a renovação do seu reconhecimento, a Comissão de Avaliação constituída de Especialistas na área, a qual emitiu o Relatório Técnico do qual consta como Resultado Final da Avaliação do Curso: a) Corpo Docente “CR”; b) Organização Didático-Pedagógica “CB”; c) Instalações “CR”, do que resultou o Relatório COSUP/SESu/MEC nº 745/99, que concluiu, no mérito, pela renovação do reconhecimento do curso, por quatro anos.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente à renovação do reconhecimento do curso de Administração, bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, ministrado pelas Faculdades Integradas de Cassilândia, mantidas pela Associação Sul Matogrossense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso

1034/99

PROCESSO Nº 7322

do Sul, nos termos do Relatório COSUP/SESu/MEC nº 745/99, que é parte integrante deste voto.

Brasília-DF, 10 de novembro de 1999.

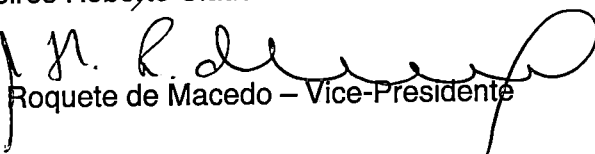

Cons. José Carlos Almeida da Silva – Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1999.


Conselheiros Roberto Cláudio Frota Bezerra – Presidente


Arthur Roquete de Macedo – Vice-Presidente

CES 1034/99



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR**

RELATÓRIO SESu/COSUP Nº 745 /99

Assunto : Renovação do reconhecimento de cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil relacionados no anexo I da Portaria Ministerial n.º 755/99.

I - HISTÓRICO

Com a edição do Decreto n.º 2.026 de 10 de outubro de 1996, este Ministério estabeleceu as bases para implantação de um sistema de avaliação de cursos e instituições de ensino superior.

Nele estão contidos dois importantes instrumentos de avaliação, que pela sua natureza são complementares, e que foram sucessivamente implantados. Trata-se do Exame Nacional de Cursos - ENC, da competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, de responsabilidade desta Secretaria.

Considerando a existência de três resultados do ENC, aplicados respectivamente em 1996, 1997 e 1998, e dois resultados das Condições de Oferta, 1997/98 e 1999, iniciou-se a integração entre o sistema de avaliação e o sistema de supervisão do ensino superior, este último de grande amplitude, pois dele derivam todos os procedimentos para autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições.

O reconhecimento de cursos foi eleito como precursor do processo de integração, pela sua relevância dentro do sistema de supervisão e pelo efeito prático imediato que resulta da aplicação do art.46 da Lei n.º 9.394/96.

Faz-se necessário esclarecer, que cada sistema tem objetivos e consequências distintas, isto é, enquanto o sistema de avaliação visa estabelecer referenciais de qualidade para a oferta dos cursos de graduação e apontar caminhos para sua melhoria, o sistema de supervisão apropria-se dos resultados obtidos pelo sistema anteriormente referido para fixar requisitos mínimos de qualidade para autorizar e reconhecer cursos de graduação e credenciar instituições de ensino superior.



A Portaria Ministerial n.º 755, de 11 de maio de 1999, materializa esta integração ao referenciar-se aos resultados do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Oferta, para determinar o conjunto de instituições, que possuem cursos de graduação numa determinada área do conhecimento, a serem avaliados, pelos procedimentos habituais da supervisão, objetivando a renovação do seu reconhecimento.

Em cumprimento do disposto na Portaria MEC n.º 755/99, a SESu/MEC determinou a avaliação dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, ministrados pela instituições de ensino relacionadas no anexo I, do mesmo instrumento legal.

Para cada instituição foi constituído um processo contendo o ato legal de reconhecimento do respectivo curso, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC, a saber, Exame Nacional de Cursos e Condições de Oferta, e outras informações julgadas relevantes.

Para examinar as condições de funcionamento dos cursos, com vistas à renovação do seu reconhecimento, a SESu/MEC designou Comissões, constituídas por especialistas da área, que após visita às instituições, e aplicação do instrumento de Avaliação das Condições de Oferta, apresentaram relatório individual, por curso, atribuindo conceitos globais a três grandes grupos de indicadores, quais sejam: Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

A partir do último relatório de supervisão elaborado pela Comissão de Avaliação designada pela SESu, propõe-se à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o prazo para renovação do reconhecimento do curso ou a revogação do ato que o reconheceu.

II – MÉRITO

A Comissão de Avaliação realizou análise comparativa das condições atuais de oferta do curso, tendo como referência o resultado da Avaliação das Condições de Oferta realizada em 1997/1998 e os três conceitos atribuídos pelo Exame Nacional de Cursos.

Esta Secretaria ao encaminhar os processos à deliberação do Conselho Nacional de Educação adotou o seguinte critério para recomendar o prazo de renovação do reconhecimento dos cursos, ou a revogação do ato de reconhecimento, considerando os conceitos atribuídos pela Comissão de Avaliação aos três grupos de indicadores relativos ao Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

SL



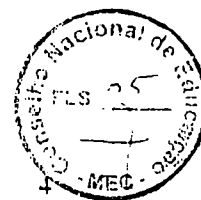
A avaliação que conduziu:

- conceito igual a **CI (Condições Insuficientes)** em qualquer dos três indicadores de avaliação, recomenda à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que delibere acerca da aplicação do disposto na alínea "b" **Parágrafo único** do art. 3º da Portaria Ministerial n.º 755/99, que determina a revogação do ato de reconhecimento do curso;
- conceito **CR (Condições Regulares)** em três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo três anos;
- conceito **CR** em um dos grupos de indicadores de avaliação, quando os demais grupos tenha obtido conceitos **CB** ou **CMB**, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de quatro anos;
- conceito **CB (Condições Boas)** ou **CMB (Condições Muito Boas)** nos três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de cinco anos.

Anexo a este relatório, encontra-se a planilha contendo a relação dos processos de renovação de reconhecimento dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, com os resultados das avaliações realizadas pela SESu e a sua indicação à partir dos critérios acima descritos.

Ao propor a revogação do ato de reconhecimento dos cursos que receberam em um ou mais grupos de indicadores o conceito **CI**, esta Secretaria considerou que as instituições não adotaram as necessárias providências para corrigir as inconformidades com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESu, apontadas na última avaliação das Condições de Oferta realizada em 97/98. Tendo em vista, no entanto, o que estabelece o artigo 6º da Portaria 755/99, esta Secretaria remete à Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação para que delibere acerca da possibilidade de cumprimento, pelas instituições que tenham cursos na situação acima descrita, de prazo para saneamento das deficiências identificadas.

SK



Encaminhe-se os processos relacionados no anexo deste Relatório à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, acompanhados dos processos individuais de cada curso, para deliberação.

À consideração superior.
Brasília, 29 de setembro de 1999.

SUSANA REGINA SALUM RANGEL
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior
DEPES/SESu

LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior
DEPES/SESu

n.º	Processo	Instituição	UF	Sede	Conceitos da última avaliação			Prazo proposto (anos)
					Corpo Doc	Proj. Ped.	Infra-estru	
					1999	1999	1999	
1	23000007326/99-77	Faculdades Integradas UPIS	DF	Brasília	CMB	CMB	CMB	5
2	23000009225/99-31	Centro de Ensino Superior de Jataí	GO	Jataí	CR	CR	CR	3
3	23000007322/99-16	Faculdades Integradas de Cassilândia	MS	Cassilândia	CR	CB	CR	4
4	23000007915/99-28	Faculdades Integradas de Naviraí	MS	Naviraí	CB	CB	CB	5
5	23000008547/99-71	Faculdades Unidas de Várzea Grande	MT	Várzea Grande	CR	CB	CR	4
6	23000007900/99-51	Centro Universitário de João Pessoa	PB	João Pessoa	CR	CR	CMB	4
7	23000008788/99-48	Fac.Reu. Adm., Ciên. Contáb. e Ciên. Eco.de Palmas	PR	Palmas	CR	CR	CB	4
8	23000007390/99-76	Universidade Salgado de Oliveira	RJ	São Gonçalo	CR	CB	CMB	4
9	23000007649/99-14	ABEU- Faculdades Integradas	RJ	Belford Roxo	CR	CR	CR	3
10	23000008540/99-22	Universidade Federal de Roraima	RR	Boa Vista	CR	CR	CR	3
11	23000007629/99-07	Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetininga	SP	Itapetininga	CR	CR	CR	3
12	23000007628/99-36	Faculdade de Administração de Assis	SP	Assis	CR	CR	CB	4
13	23000007648/99-43	Universidade Metropolitana de Santos	SP	Santos	CB	CB	CB	5
14	23000007919/99-89	Faculdades Integradas de Cruzeiro	SP	Cruzeiro	CR	CR	CR	3
15	23000007911/99-77	Centro Universitário de Votuporanga	SP	Votuporanga	CR	CR	CB	4
16	23000007909/99-25	Centro Universitário de São José do Rio Preto	SP	São José do Rio Preto	CB	CR	CB	4
17	23000007912/99-30	Faculdades Integradas de Guarulhos	SP	Guarulhos	CR	CR	CB	4
18	23000008652/99-56	Universidade do Oeste Paulista	SP	Presidente Prudente	CR	CR	CMB	4
19	23000008543/99-11	Universidade de São Francisco	SP	São Paulo	CR	CR	CR	3
20	23000008542/99-58	Faculdade de Adm.Ciencias Econ. E Cont.de Guaratinguetá	SP	Guaratinguetá	CR	CR	CMB	4
21	23000009016/99-51	Universidade Ibirapuera	SP	São Paulo	CB	CB	CMB	5
22	23000011168/99-31	Centro Universitário Monte Serrat	SP	Santos	CB	CMB	CMB	5
23	23000012360/99-54	Universidade Federal da Paraíba	PB	Bananeiras	CB	CB	CR	4

